

## PARECER TÉCNICO – JURÍDICO INICIAL

**Processo Administrativo:** 1505/2018

**Modalidade:** Pregão Presencial (SRP)

**Objeto:** Aquisição de Livros da Educação Infantil Para Uso das Creches da Rede Municipal de Ensino.

**Origem:** Secretaria Municipal de Educação - SEMED

**Assunto:** Análise inicial de procedimento licitatório

### RELATÓRIO

Vieram os autos do processo para análise e emissão de parecer inicial quanto à aprovação jurídica do Edital e seus anexos, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93.

Quanto às diretrizes normativas, estabelece o artigo 38 da referida lei:

*Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*

Trata-se de Processo Administrativo nº 1505/2017, referente ao Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços cujo objeto é a Aquisição de Livros da Educação Infantil Para Uso das Creches da Rede Municipal de Ensino.

Passar-se-á à análise da documentação acostada aos autos bem como do procedimento até esta etapa do certame para verificar se o trâmite seguiu rigorosamente as normas exigidas pela Lei de Licitações.

É, no essencial, o relatório.

### DA NECESSIDADE DO PARECER JURÍDICO

Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do presente para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, VI e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

*"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*

*(...)*

*VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;*

*(...)*

*Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."*

Nítido é, portanto, a necessidade do presente parecer jurídico acerca do procedimento licitatório.

### DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

#### DA ANÁLISE DA FASE INTERNA

Consta nos autos do processo a **provocação para início do procedimento mediante Solicitação de Despesa** SD nº 035/2018 da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

De igual forma, está presente nos autos a **justificativa**, requisito necessário por lei, bem como **Termo de Referência** com a especificação detalhada do objeto, quantidade, valores e **autorização pela autoridade competente**.

Em continuidade à análise, verifica-se a presença detalhada do **orçamento, a composição de custos unitária, a designação de Pregoeiro** (Portaria nº 002/2018), **memorando** que requer a emissão de parecer jurídico inicial (memorando nº 038/2018).

Está presente também nos autos, conforme estabelece o artigo 40 da Lei 8666/93 a **minuta do edital** com todas as diretrizes e requisitos do procedimento, bem como **minuta do contrato**, estabelecido legalmente no artigo 55 da legislação específica.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO DE REFERÊNCIA**

Na forma da Lei, o projeto básico – ou documento equivalente – necessita ser devidamente aprovado pela autoridade competente, por ato formal e motivado. Na ocasião, a autoridade “(...) deverá avalia-lo e verificar sua adequação às exigências legais e aos interesses supraindividuais.”<sup>1</sup>

A autoridade, ao aprovar o projeto/termo de referência, responsabiliza-se pelo juízo de legalidade e de conveniência adotado. Será competente para aprovar o projeto básico/termo de referência para determinar a abertura de processo licitatório, a contratação da obra ou do serviço e/ou a aquisição de bens projeto se refere<sup>2</sup>.

Lei Municipal de Timon/MA nº1892 de 17 de Dezembro de 2013, que dispõe sobre a organização e estrutura administrativa do poder executivo do município de Timon/MA, e dá outras providências no artigo 53, diz que:

*Art. 53 Os Secretários Municipais, autoridades equiparadas, inclusive os dirigentes de entidades da administração indireta, tem as seguintes atribuições:*

*(...)*

*II – Ordenar despesas das respectivas unidades orçamentária e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários;*

*(...)*

*III – autorizar a realização de despesas e determinar a emissão da nota de empenho, e o respectivo pagamento;*

*(...)*

*XV – determinar ou dispensar a realização de licitações;*

*(...)*

<sup>1</sup>Marçal Justen Filho in “Comentário à Lei de Licitação e Contratos Administrativos”. 16. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. P.184.

<sup>2</sup>Marçal Justen Filho. Op. Cit. e loc. cit.

*[assinatura]*

*XIX – assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais de que o Município participe, quando tiver competência delegada, nos termos da Lei Orgânica do Município.*

No caso dos autos, verifico que a licitação e o Termo de Referência foram devidamente submetidos e autorizados pela autoridade competente, para os fins do artigo 7º, §2º, I, da Lei de Licitações c/c com a Lei Municipal acima mencionada.

Ademais, verifico que o TR e demais atos internos, atende satisfatoriamente ao que exige a legislação de federal, nos termos do Art. 3º, I da Lei nº 10.520/2002.

Nada a ressaltar, portanto.

### **DO CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

O Sistema de Registro de Preço é um procedimento demandado à Administração Pública, delineado pela Lei 8.666 de 1993 e consagrado pelo Decreto nº 3.931 de 19/09/2001, e agora recentemente pelo Decreto nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que utiliza as modalidades licitatórias pregão ou concorrência, para realizar registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens necessários, nas quais se exigem contratações frequentes ou aquisições com entrega parcelada.

Assim dispõe o artigo 3º do Decreto 7.892/2013 sobre as hipóteses em que este sistema poderá ser adotado, senão veja-se:

*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Perfeitamente adequado, portanto, a adoção deste sistema de contratação e aquisição.


**DA CONCLUSÃO**

50

*Ex positis*, esta Assessoria Jurídica pugna pela possibilidade de aprovação do procedimento até esta fase processual, devendo ser os autos encaminhados à Coordenação Geral de Licitações para as providências necessárias.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Timon/MA, 21 de fevereiro de 2018.

  
**Luana Mara Santos Pedreira**  
**Assessoria Jurídica - CGCL**  
**Port. 049/2017-GP**  
**OAB/PI nº 13.170**